

Os sentidos atribuídos à profissão docente: fragmentos da formação na Escola Normal da Corte: 1876-1889

Ana Paula Gomes Mancini

Esta pesquisa caminhou na tentativa de buscar a memória que se constituiu ao longo do tempo, que de diversas formas procurou registrar a história e que é essencialmente resultado da ação humana, procurou recuperar uma parte da história que ainda não tem visibilidade na história da formação de professores, ou seja, História da Escola Normal da Corte e os sentidos atribuídos à formação docente realizada nessa instituição escolar.

A Corte, como espaço físico, pode representar os movimentos intelectuais em prol da educação brasileira, por ser, neste momento, o coração administrativo do Brasil e do “[...] Município Neutro, segundo a Constituição de 1824, sede política do regime imperial e residência oficial dos soberanos brasileiros, a própria cidade do Rio de Janeiro era reconhecida como a Corte [...]”.¹

Ainda que no Brasil um sistema nacional de educação não tenha se efetivado no século XIX, não se pode negar que o Estado, desde as primeiras décadas do século XIX, não tenha demonstrado uma preocupação em organizar e dirigir a instrução pública desde o ponto de vista de um discurso liberal e quiçá democrático.

Estamos falando de um momento, portanto, em que as instituições públicas passavam a ver na ciência as possibilidades de expressão de seus mais altos desejos e ansiedades. A ciência institucionalizada era vislumbrada como a solução para os problemas. O vínculo entre as intenções de melhorar a educação e as instituições culturais foi de tal monta que não deixa de ser revelador o fato de Benjamim Constant estar durante quase seis anos à frente da direção da escola.

A necessidade de escolarização da população, principalmente das pessoas consideradas pelos dirigentes como a “camada inferior da sociedade”, foi intensamente discutida nas reuniões da Congregação da Escola, nas Conferências Pedagógicas, nos Congressos de Instrução e no dia-a-dia dessa instituição de ensino como condição de sucesso da instrução primária na Corte Imperial.

¹ Vf. verbete Corte. ABREU, Marta. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial: 1822- 1889*, ob. Cit., p. 175.

Os relatórios dos Ministros do Império que atuaram no período pesquisado demonstravam que o objetivo era garantir a frequência da população livre à escola e normatizar a formação dos futuros professores, os quais eram frequentemente considerados “incapazes” pelos Inspetores de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

Para atender a necessidade de formação de um profissional capacitado, intensificou-se a idéia de que era preciso formar um novo professor em moldes científicos, uma vez que a maioria deles não possuía formação escolar específica e exercia o magistério na condição de professores substitutos ou adjuntos. Portanto, para as autoridades era preciso garantir um outro conjunto de saberes de natureza científica. O momento foi marcado pela produção de discursos, nos quais a necessidade de organização da instrução pública e da formação de professores era dada como questão vital.

Todavia, a idéia de uma formação rápida e pouco adensada se impôs: os professores que conseguiam aprovação nas disciplinas das duas primeiras séries da Escola Normal eram liberados para ministrar aulas nas escolas primárias das freguesias da Corte. É preciso lembrar que nessas séries estavam concentradas as disciplinas de cunho humanístico. Os alunos aprovados nas matérias obrigatórias constitutivas das duas primeiras séries recebiam o título de habilitação de “professor primário do primeiro grau”, e os aprovados nas matérias da terceira e quarta séries recebiam o título de habilitação para “professor primário do segundo grau”.

Era comum que os alunos da Escola Normal se sentissem no direito de assumirem as cadeiras vagas, pois o número de professores leigos era grande.²

Apesar de a idade mínima para a matrícula ser de 15 anos, os alunos que se matriculavam na Escola Normal tinham idades que variavam entre 21 e 25 anos. Em boa parte eram professores atuantes nas escolas primárias da Corte ou pessoas pretendentes ao cargo de professor.

Os saberes pedagógicos

As cadeiras de Pedagogia e Prática do Ensino Primário regidas inicialmente pelo professor José Manuel Garcia, foram as únicas que inseriram em sua prática o destaque e a

² Decreto n° 8985 de 11 de agosto de 1883- Francisco Antunes Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1883, 62 da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade e o Imperador. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. Fonte: Arquivo Nacional.

relevância dos saberes pedagógicos. Estes eram instruídos primeiramente no plano teórico. Considera-se essencial a enumeração dos pontos que deveriam ser ensinados aos alunos.³

Educação: como tem sido definida. Qual a melhor definição. Em que e como se distingue a pedagogia;

Pedagogia: sua definição. É ciência ou arte? Qual o fim da escola?

Didática: sua definição. A escola. Sua organização geral;

Metodologia: definição, divisão. Quantos e quais são os graus do ensino? De que consta o ensino primário?

Instrução. Em que se distingue da Educação. Quantos e quais são os ramos da educação?

Instrução Primária: seu objeto, seu fim, seus meios. Em que se distingue a Instrução do Ensino;

Qualidades e disposições essenciais para o magistério em geral. Quais as que são para o primário? Noção geral de método;

Casas escolares: quantos e quais os modos de ensino? Qual o preferível?

Métodos de ensino: quais os direitos do mestre em relação aos alunos? Quais os deveres?

Material de ensino: que é instituição? Quantas espécies de instituição em sentido filosófico e em sentido pedagógico?

Ensino intuitivo: suas formas e processos de ensino. A educação é ciência ou arte?

Lições de cousas. Quais os direitos do mestre em relação aos Pais ou representantes dos Pais dos alunos? Quais os deveres?

Mobília escolar: o mestre. Em que consiste a autoridade do mestre?

Jardins de infância, sua origem e utilidade. Como se organizam e funcionam.

Importância e dignidade das funções do mestre;

Método de Calkins. Programas, livros, horários, e ordem dos trabalhos. Como se dividem e classificam os alunos?

³ Fonte: Livro de Programas de Pontos da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Caixas econômicas escolares, sua origem, seus fins. Moral e pedagogicamente preenchem os seus fins? Bibliotecas escolares;

Metodologia especial da leitura e da escrita. Quantos e quais os métodos conhecidos? Qual o melhor?

Metodologia especial da Gramática. Quantos e quais os métodos conhecidos. Qual o melhor?

Metodologia especial da Aritmética. Quantos e quais os métodos conhecidos. Qual o melhor?

Esses eram os conhecimentos referentes à formação pedagógica dos professores. Era a única disciplina que contemplava a especificidade dos saberes pedagógicos. Os outros conhecimentos eram distribuídos entre as quatro séries que compunham o curso normal da seguinte maneira:

1ª série: Português, Francês (facultativo), Instrução Religiosa (facultativo), Aritmética, Ginástica, Desenho Linear e Caligrafia.

2ª série: Português, Corografia precedida da nomenclatura Geográfica, História do Brasil, Álgebra e Geometria, Pedagogia e Metodologia Elementar e Prática nas escolas anexas do ensino primário do primeiro grau, Desenho Linear e Caligrafia, Música e Trabalhos de Agulha.

3ª série: Noções de Física, Química, Mineralogia e Geologia, Noções Gerais de Mecânica e Astronomia, Noções de Lógica e Princípios Gerais de Direito Natural e Público, Análise Sucinta da Constituição do Império, Pedagogia, Música e Trabalhos de Agulha.

4ª Série: Noções Gerais de Biologia, Botânica, Zoologia e de Higiene, Geografia e Principais épocas da História Geral, Economia Social e Doméstica, Metodologia e práticas nas escolas anexas do ensino primário do segundo grau, inclusive o intuitivo.

O que se pode constatar é que os alunos que completavam as duas primeiras séries da Escola Normal e especialmente a disciplina de Pedagogia e Metodologia eram considerados parcialmente aptos para exercer o magistério, complementando esses saberes da cadeira de Pedagogia e Prática do Ensino com as matérias de Religião, Francês, Caligrafia, Português, Ginástica, Aritmética, e, se fossem alunas, cursavam também as cadeiras de Trabalhos de Agulha.

Alguns dados estatísticos, elaborados pelos memorialistas da Escola Normal da Corte, apresentavam o índice de aprovação dos alunos na matéria de Pedagogia, o que nos leva a concluir que foram realizadas as provas práticas. Estas eram acompanhadas pelo professor da matéria, o que ocorria geralmente em escolas primárias selecionadas para o trabalho prático dos normalistas. As escolas eram escolhidas entre as das freguesias da Corte. O fato era comunicado ao diretor da escola, como o faz o diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães em ofício datado de 30 de outubro de 1882:

[...] foi escolhida a 3ª Escola do sexo feminino da Freguesia do Sacramento para nela se efetuarem, na forma do art. 114 do regulamento de 16 de março de 1881, os exercícios práticos da aula de Pedagogia e Metodologia Geral, solicito as ordens para que possam começar na 1ª semana do mês de novembro [...].⁴

Na visão crítica do professor interino Álvaro Joaquim de Oliveira, os alunos não tinham interesse pelas matérias científicas; e o fato de que a Escola Normal habilitava para ministrar aulas os alunos aprovados nas matérias da 1ª e 2ª séries fazia com que apenas alguns poucos freqüentassem a 3ª série cujas matérias eram de natureza científica.⁵ Os documentos raramente registram a participação de alunos nos exames de outras matérias, que não aquelas da 1ª e 2ª séries.

E de fato, Álvaro Joaquim de Oliveira apresentou uma lista com os nomes dos alunos que terminaram a 2ª e solicitavam ao Governo Imperial que fossem habilitados para atuar nas escolas primárias das freguesias da Corte, conforme prescrevia o artigo 99 do Regulamento da Escola Normal.⁶

O número de alunos que se submetiam aos exames das duas primeiras séries era pequeno comparado ao número de alunos matriculados. Talvez tenha colaborado para tal fato

⁴ Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, em 3 de novembro de 1882, solicita do diretor a expedição das ordens necessárias para que possam começar os exercícios práticos da Escola. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da escola Normal da Corte. Localização: Instituto De Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

⁵ As matérias da terceira série eram de matemática, física, química, biologia, o que nos permite alegar a cientificidade de tal série. Essas características unidas ao discurso de modernidade da época justificam a busca pela ilustração das mentes por meio da educação calcada na proposta positivista de Comte. Verificar livro de pontos da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

⁶ Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887. Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, assunto: remeter a relação dos alunos e alunas dessa Escola; Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

a contratação de professores leigos em detrimento da contratação de alunos matriculados na Escola Normal.

Relatos de Carlos Maximiano Pimenta de Laet, professor de Pedagogia e Prática de Ensino na Escola Normal demonstravam que a frequência livre e a não obrigatoriedade da presença dos alunos à lição apresentavam sérios problemas no primeiro ano de funcionamento da escola. “ [...] os moços, a quem tanto sorri a ideais de não terem de exhibir provas quotidianas de sua assiduidade e aproveitamento não compreenderam logo que, em compensação, recrescia-lhes o dever de atentar nas preleções de seus professores [...]”.⁷

Durante os anos de funcionamento da Escola Normal, houve uma presença expressiva de mulheres no exercício do magistério, já que os pequenos vencimentos eram incompatíveis para os homens que deveriam sustentar suas famílias.

O diretor João Pedro de Aquino participa a V. Ex^a Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, que se acham matriculados na Escola Normal da Corte 314 alunos sendo 256 do sexo feminino e 58 do sexo masculino [...].⁸

Esses dados, acrescidos das teorias científicas que apregoavam a vocação da mulher para assumir a instrução de meninos e meninas, contribuíram para reforçar a concepção de que o magistério era uma tarefa feminina.

Além de ser uma profissão feminina, outra afirmação perpassavam as discussões sobre a docência. Os alunos da Escola Normal da Corte pertenciam a uma classe social desfavorecida.

O Diretor da 2^a Diretoria de Negócios do Império, Netto Machado, afirmou que o diretor Benjamin Constant já havia atentado para o fato de que os alunos eram “[...] na sua quase-totalidade pobres e, portanto obrigados a procurar no trabalho diurno meios de subsistência [...]”. Foi ainda do diretor Benjamin Constant a idéia de enviar um despacho para o Imperador D. Pedro II, afirmando em 12 de março de 1883, que a melhor alternativa era que

⁷ Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto n. 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881. Livro de Memórias Históricas da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

⁸ Relação das alunas aprovadas nos exames realizados em novembro e dezembro de 1882 e março e abril de 1883, relativos ao curso efetuado n’aquele ano. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Documento arquivado sob a denominação CDE/SDE – Pacote IE⁵ – 30-1883.

a Escola funcionasse durante o período noturno. Anexado a esse despacho encontrava-se um abaixo-assinado de 38 alunos solicitando ao Imperador o funcionamento do curso normal no período das 4 horas da tarde até as 9 horas da noite. Os alunos justificavam no documento a necessidade de trabalhar e que, portanto, não poderiam estudar no período diurno.⁹

Entre 1876 e 1889, a sistematização e a organização da Escola Normal da Corte continuaram a ser um objetivo a ser alcançado. Apesar do afã modernizador, o período conheceu poucas mudanças efetivas nesse setor. No nível inferior, o poder público queria atingir as camadas mais pobres.

O ensino primário deveria moralizar e fazer de seus membros cidadãos, pois os homens públicos partilhavam o ideal do século de que, a educação, símbolo da civilização e do progresso. Significava a solução para os problemas sociais. Porém, para que as escolas primárias exercessem o seu papel era necessária a formação do magistério. O professor era visto como o responsável pela transmissão dos valores da sociedade e pela formação da futura geração.

Para a visão oficial, o professor surgia nessa sociedade do século XIX, como aquele que desempenhava as funções elevadas de iniciar a criança no conhecimento do bem e na prática da virtude, desenvolvendo-lhe ao mesmo tempo a inteligência, ensinar e educar transformava-se numa missão, pois “o magistério era um sacerdócio ao qual estava incumbido o futuro do país”. A visão de sacerdócio mesclada à idéia de vocação em relação ao professor constituía uma estrutura de longa permanência, herdada através dos portugueses, prendendo-se nos tempos medievais.¹⁰

Desse modo, a subsistência dos mestres estava assegurada. Porém, aproveitava-se da visão de vocação do professor para mantê-lo sob o controle do Estado. O professor deveria ter qualidades essenciais: trabalhador, abnegado, formador de jovens consciências, afastado das brigas políticas, a serviço do poder oficial. Esse era o professor que deveria ser formado na Escola Normal da Corte.

No conjunto, porém, não ocorreram alterações estruturais. Apesar da asserção de uma elite urbana, educada no espírito de progresso do século XIX, e que desejava uma

⁹ Despacho Imperial de 12 de março de 1883 – Parecer da comissão nomeada por S. Ex^a para indicar a reforma que necessita a Escola Normal da Corte. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

¹⁰ BASTOS Lúcia Maria oliveira. *A instrução pública e o ensino na província do Rio de janeiro: visão oficial e prática cotidiana*. 1985. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) -. Universidade Federal Fluminense, Niterói.p. 255.

educação melhor, o poder público, ainda que pressionado por uma conjuntura de mudanças, limitava-se a registrar essa visão no seu discurso e a desenvolvê-las sob a forma de legislação no mais das vezes ineficaz.

A leitura desses aspectos que foram sintetizados neste texto objetivou oferecer um panorama dos sentidos atribuídos à profissão docente que se encontram inseridos nos fragmentos históricos que nos permitem realizar uma leitura da formação que era oferecida na Escola Normal da Corte.

No interior do processo, as transformações sociais e culturais, e, sobretudo as perspectivas em nome do progresso material, da urbanização, da modernização e das idéias republicanas buscaram redefinir o Estado e repensar a nação. A instrução pública destinada á formação de mestres na Corte foi considerada um dos caminhos possíveis para o alcance da modernidade, da civilização, do progresso e para a manutenção da ordem Imperial.

Mais do que proferir a palavra final sobre o cotidiano da Escola Normal da Corte, minha intenção é demonstrar a validade de um método, ou melhor, que os documentos cotidianos se lidos e compreendidos como instrumento de trabalho sério, como ferramenta do olhar, como linguagem, abrem um campo de pesquisa pouco explorado na História da Educação Brasileira.